

# RUI RIO RECEBEU LUÍS MONTENEGRO

O encontro de 2 de junho, na sede nacional, serviu para preparar o processo de transição da liderança, tanto do ponto de vista logístico como político



pág. 5

## PARLAMENTO

PSD QUER NOVA VMER PARA O TÂMEGA E SOUSA

O PSD está preocupado com a capacidade de resposta no domínio da emergência médica a uma população de cerca de 430 mil habitantes



pág. 7

## LOCAIS

PSD DE LEIRIA LAMENTA LIMITAÇÕES DO HOSPITAL LOCAL

José Augusto Santos, líder da Secção do PSD de Leiria, alerta para as limitações que a urgência do hospital de Leiria tem vindo a atravessar



pág. 9

## REGIONAIS

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO REELEITO PRESIDENTE DO PSD/AÇORES

O líder do Governo Regional dos Açores alcançou 99% dos votos, numas eleições diretas em que participaram 1.778 militantes

# RUI RIO RECEBEU LUÍS MONTENEGRO



O Presidente do PSD, Rui Rio, recebeu, na quinta-feira à tarde, o líder eleito, Luís Montenegro, na sede do partido, na São Caetano à Lapa, em Lisboa.

Em cima da mesa esteve essencialmente todo o processo de transição da liderança, tanto do ponto de vista logístico como político.

Os dois abordaram ainda temas relacionados com a atualidade política nacional e do partido. Foi, ainda, feito o balanço do Congresso do Partido Popular Europeu, que se realizou em Roterdão, em 31 de maio e 1 de junho.

## “Liberdade de voto completa”

Rui Rio reafirmou que haverá “liberdade de voto completa” no grupo parlamentar do PSD quanto aos vários diplomas sobre a despenalização da eutanásia.

Depois de se ter encontrado na quinta-feira com o líder eleito e de este se ter reunido, em seguida, com o Presidente da bancada social-democrata, Rui Rio sublinhou que “ninguém é contra a liberdade de voto, é uma tradição do partido e assim será”.

Na próxima quinta-feira, 9 de junho, serão debatidos em plenário da Assembleia da República vários diplomas referentes à despenalização da morte medicamente assistida, um dos quais propõe um referendo sobre a matéria.

Rui Rio assegura que “é de repetir o que foi feito”, ou seja, há uma liberdade de voto completa” no PSD sobre a questão, como quando foi votada a proposta do CDS-PP de realizar um referendo, em outubro de 2020.



# PAULO RANGEL ELEITO TESOUREIRO DO PPE

Paulo Rangel, eurodeputado do PSD, foi eleito, dia 1 de junho, tesoureiro do Partido Popular Europeu (PPE), durante o 27.º Congresso em Roterdão, nos Países Baixos, que confirmou o alemão Manfred Weber como novo Presidente da maior família política europeia.

Paulo Rangel, vice-Presidente do grupo parlamentar do PPE venceu o candidato checo Tomás Zdechovsky, ao recolher 61% dos votos dos delegados, e passa a ser assim o responsável pelas matérias financeiras nos próximos dois anos, cargo que acumulará com uma pasta política na presidência do PPE.

“Estou muito honrado com a grande responsabilidade que me foi confiada pelos congressistas, especialmente quando estamos a dois anos das eleições europeias. A gestão financeira é uma área que conheço bem pois tenho também essa responsabilidade no grupo parlamentar desde 2014”, declarou Paulo Rangel.

Paulo Rangel, que ocupava até agora a vice-Presidência com o pelouro da adesão dos partidos que querem pertencer a família política do Partido Popular Europeu, mantém-se ainda vice-Presidente da bancada parlamentar do Grupo PPE com o pelouro do “Futuro da Europa - conferência e convenção”.

Depois da eleição de Manfred Weber como novo presidente do PPE – o alemão, que continuará a liderar a bancada do PPE no Parlamento Europeu, sucede ao polaco Donald Tusk, que deixou o cargo para regressar à vida política polaca –, o PPE elegeu também o novo Secretário-geral, o grego Thanasis Bakolas, e os vice-presidentes da nova direção, entre os quais três comissários europeus: a búlgara Mariya Gabriel, o austríaco Johannes Hahn e a croata Dubravka Suica.

A nova direção do PPE será liderada por Manfred Weber, que era candidato único à presidência do PPE, e foi eleito com 89% de votos favoráveis dos delegados presentes no Congresso, no qual discursou o líder do PSD, Rui Rio.



# ÁLVARO AMARO QUESTIONA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA



Álvaro Amaro, juntamente com os eurodeputados do PSD, dirigiu uma pergunta à Comissão Europeia, com pedido de resposta urgente, sobre os sinais equívocos e contraditórios que a Comissão tem enviado relativamente à questão do aumento da produção agrícola dentro da União Europeia.

No dia 30 de maio, numa troca de pontos de vista com os membros da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, o Comissário para o Ambiente, Virginijus Sinkevičius, afirmou que “aumentar a produção na

União não seria a solução mágica para ajudar os nossos parceiros internacionais, nem os países em desenvolvimento ou a Ucrânia”.

Por sua vez, no dia seguinte, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou em declarações à imprensa, após sessão extraordinária do Conselho, que “devemos aumentar a produção alimentar dentro da União Europeia”.

Para o responsável do PSD pela agricultura no Parlamento Europeu, Álvaro Amaro, “este tipo de declarações envia

sinais equívocos e contraditórios aos agricultores”. Álvaro Amaro afirma, ainda, que “parece contraditório que à segunda-feira um Comissário defenda que o aumento da produção na União não é a solução e, no dia 30 de maio, a Presidente da Comissão venha dizer que se devem envia esforços para aumentar essa mesma produção”.

Na missiva, os sociais-democratas pedem à Comissão para não perder de vista: “a sensibilidade dos agricultores e dos agentes económicos relativamente às declarações e intenções da Comissão” uma vez que “sinais equívocos e contraditórios, por parte dos decisores políticos, poderão conduzir a interpretações contraproducentes”.

Álvaro Amaro sublinha igualmente que “apesar do contexto adverso gerado pelos elevados custos dos fatores de produção, os agricultores empreenderam grandes esforços para aumentar a produção na campanha de primavera-verão, nomeadamente com a sementeira de cereais em áreas de pousio”.

Na pergunta enviada os eurodeputados do PSD pedem à Comissão que responda: 1. Que pensa fazer para evitar estes sinais equívocos e contraditórios e garantir previsibilidade e estabilidade aos agricultores? 2. Poderão os agricultores europeus esperar uma Política Agrícola Comum que fomente a produção agrícola, particularmente em períodos de crise, como o que agora enfrentamos?

A pergunta escrita à Comissão foi assinada pelos seis eurodeputados do PSD: Paulo Rangel, Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Maria da Graça Carvalho, Álvaro Amaro e Cláudia Monteiro de Aguiar.

# ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS APROVA PROPOSTA DO ASD DE REALIZAÇÃO DE UM ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS



Por proposta dos Autarcas Social Democratas (ASD), o Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) aprovou, por unanimidade, a realização de um Encontro Nacional de Autarcas, precedido de um Conselho Geral Extraordinário.

Trata-se de uma iniciativa que estará “focada na análise das verbas e na revisão de critérios relativamente à descentralização de competências, bem como na adoção de todas as medidas que assegurem a sustentabilidade das finanças locais, nomeadamente os impactos do Orçamento do Estado para 2022 e perspetivar o OE 2023”.

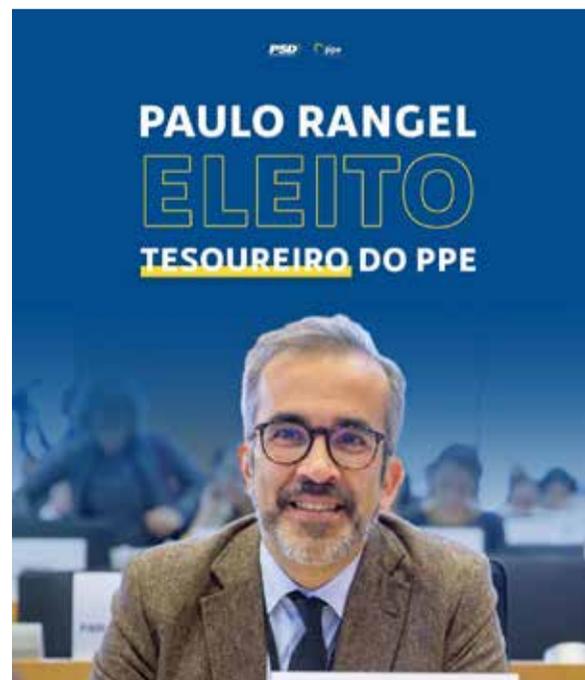
Em comunicado, os ASD lembram que “o processo da descentralização de competências tem causado muita celeuma, mesmo alguma divisão, entre autarcas e no contexto da própria ANMP”.

Hélder Sousa Silva, Presidente dos Autarcas Social Democratas, considera que “é urgente travar este processo de afastamento e reunir para unir, procurando que não se enfraqueça a legitimidade da ANMP na defesa dos Municípios perante o Governo”.

Os autarcas do PSD pretendem “defender a integridade da ANMP e reforçar o seu papel de representação dos Municípios e, por isso, propuseram a realização de um Congresso Geral Extraordinário ou, em alternativa, um Encontro Nacional de Autarcas para se debater a descentralização e concertar posições, na defesa dos interesses do conjunto dos Municípios e das respetivas populações”.

Hélder Sousa Silva manifestou satisfação com a aceitação destas propostas dos ASD, porque “é crucial unir vontades na defesa dos superiores interesses comuns dos Municípios e das suas populações, os quais devem ser debatidos, reafirmados e negociados com o Governo”.

“Só assim é possível criar condições para que o processo de transferência de competências seja universal, sustentado e eficaz”, conclui o também autarca de Mafra.



# PSD QUER NOVA VMER PARA O TÂMEGA E SOUSA



O PSD apresentou um requerimento a defender a aquisição de uma viatura de emergência médica e reanimação (VMER) para a região Tâmega e Sousa.

No documento, dirigido à ministra da Saúde, os sociais-democratas afirmam que está em causa a efetiva capacidade de resposta desta viatura às necessidades da população local, adiantando que esta VMER “serve uma população maior do que a média nacional”.

Em 2021, recordam os deputados, esta viatura única foi acionada 2.546 vezes, o que representa uma média diária de seis saídas. “Tal atividade tem-se demonstrado insuficiente para servir a área de intervenção do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, que engloba 12 concelhos – Penafiel, Paredes, Castelo de Paiva, Lousada, Felgueiras, Paços de Ferreira Amarante, Baião, Marco de Canaveses, Celorico de Basto, Cinfães e Resende – cobrindo uma área geográfica que ronda os 2 mil quilómetros quadrados, de cartografia, muitas vezes, acidentada e acessos irregulares por estradas nacionais e municipais”.

O próprio ex-diretor do Serviço de Urgência do Hospital Padre Américo e médico de emergência médica há vários anos, afirma que “uma nova VMER é fundamental para salvar vidas. Fará a diferença sobretudo nos concelhos mais distantes, sobretudo numa zona com população jovem e muitas urgências pediátricas e em que há muitos casos de AVC e enfarte, patologias que implicam uma ação rápida”.

Adicionalmente, os sociais-democratas querem ainda ouvir na Comissão de Saúde o INEM, o ex-diretor do Serviço de Urgência do Hospital Padre Américo e médico de emergência médica há vários anos e a CIM Tâmega e Sousa.

# PSD PROPÕE CONSTITUIÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA JUVENTUDE E DESPORTO

O PSD apresentou um requerimento a defender a constituição da Subcomissão da Juventude e Desporto. No documento, dirigido ao Presidente da Comissão Parlamentar da Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, os deputados afirmam que, ao contrário do Governo, que desvaloriza e “enxota” estas áreas, o PSD “considera a Juventude e o Desporto setores primordiais e determinantes para o presente e o Futuro de Portugal.”

No que respeita à juventude, os sociais-democratas consideram que os números do desemprego jovem e as evidentes dificuldades enfrentadas pelos jovens para a sua plena realização pessoal, profissional e familiar, seja habitação ou emprego, merecessem uma profunda discussão parlamentar.

No que respeita ao desporto, os parlamentares pretendem ver debatidos temas como a violência no desporto e no futebol profissional, o combate ao racismo e à xenofobia e as políticas fiscais e de direitos televisivos.

Os sociais-democratas admitem que a proposta “é ambiciosa” pois, com esta Subcomissão de Juventude e Desporto almeja, por um lado, desenvolver um trabalho aprofundado do sector da Juventude, um sector que é detentor de um lugar integrado e transversal nas várias áreas de atuação do Governo, assim como possibilitará acompanhar todas as temáticas relativas ao Desporto.



**METADADOS**

# PSD AVANÇA COM CONSERVAÇÃO SELETIVA DE DADOS PARA ULTRAPASSAR INCONSTITUCIONALIDADES

O líder parlamentar do PSD anunciou que vai avançar com o texto de substituição em relação ao seu projeto de regime de metadados, densificando o ponto relativo à conservação seletiva de dados para efeitos de investigação criminal.

Esta mudança, a operar em sede de especialidade, foi apontada por Paulo Mota Pinto como uma espécie de “chave” para a Assembleia da República ultrapassar a declaração de inconstitucionalidade do acórdão de abril do Tribunal Constitucional relativamente à lei dos metadados de 2008.

“Admitimos a possibilidade de texto de substituição do PSD e uma convergência com a abordagem da proposta de lei do Governo. O princípio da proporcionalidade é compatível com critérios de conservação seletiva, segundo o recente acórdão” do Tribunal de Justiça da União, advogou o professor universitário e antigo juiz do Tribunal Constitucional.

De acordo com Paulo Mota Pinto, para a lei nacional sobre regime de metadados se contabilizar com a jurisprudência europeia e com a decisão do Tribunal Constitucional, o caminho poderá passar por “uma conservação seletiva dos dados de tráfego e dos dados de localização que seja delimitada, com base em elementos objetivos e não discriminatórios, em função das categorias de pessoas em causa ou através de um critério geográfico, por um período temporalmente limitado ao estritamente necessário, mas que pode ser renovado”.

Ainda na perspetiva do líder da bancada social-democrata, o parlamento poderá adotar “uma conservação generalizada e indiferenciada dos endereços IP atribuídos à fonte de uma ligação, por um período temporalmente limitado ao estritamente necessário”.

Para Paulo Mota Pinto, importará igualmente incluir “uma imposição aos prestadores de serviços de comunicações



eletrónicas, através de uma decisão da autoridade competente sujeita a fiscalização jurisdicional efetiva, do dever de procederem, por um determinado período, à conservação rápida dos dados de tráfego e dos dados de localização de que esses prestadores de serviços dispõem”.

“Admitimos, assim, um texto de substituição, com conservação dos endereços de protocolo IP atribuídos à fonte de uma ligação; possibilidade de conservação dos restantes salvo se o seu titular se tiver oposto perante as referidas entidades a essa conservação. Temos a consciência que o nosso projeto e os restantes diplomas podem ser melhorados na especialidade. Isso mesmo resulta da densificação dos critérios da proporcionalidade que foi feita recente-

mente sobre o regime irlandês”, acrescentou.

Se a solução atrás referida for adotada globalmente, “permite-se ao titular dos dados opor-se à conservação, mas não se permite essa oposição em relação a certas categorias de pessoas que sejam suspeitos ou arguidos ou já condenados por crimes graves enquanto se mantiver a responsabilidade criminal”.

“Permite-se também dados colhidos em locais estratégicos, como aeroportos, zonas turísticas estações ferroviárias. É um aperfeiçoamento que elimina os problemas levantados por uma conservação generalizada de dados ainda que por um prazo mais curto”, completou.

## PSD PREOCUPADO COM INFRAESTRUTURAS DO NOVO HOSPITAL DO ALENTEJO

O PSD manifestou-se preocupado com as acessibilidades e infraestruturas do novo Hospital Central do Alentejo, em Évora, alertando que a orçamentação da obra não as assegura e a câmara não tem verbas para suportar os custos.

As preocupações constam numa pergunta, divulgada sexta-feira pela Distrital de Évora do partido, dirigida à ministra da Saúde, por um grupo de 12 deputados sociais-democratas, incluindo Sónia Ramos, eleita por este círculo eleitoral.

“O governo iniciou a construção de uma ilha, não assegurando, na orçamentação da obra, projetos de acessibilidades e infraestruturas e projetos de especialidades”, afirmam, na pergunta, os parlamentares do PSD.

Assinalando que a ministra foi questionada sobre o assunto no parlamento, durante o debate na especialidade do Orçamento do Estado para 2022 (OE2022), o PSD indica que Marta Temido respondeu que as aces-

sibilidades e infraestruturas serão desenvolvidas “internamente pela autarquia”.

“Foi, no entanto, publicamente assumida pelo presidente da Câmara Municipal de Évora a incapacidade financeira do município para suportar os custos de infraestruturas e acessibilidades que a tutela diz lhe serem devidos”, sublinham.

Os deputados do PSD realçam ainda que, na mesma audição, a titular da pasta da Saúde afirmou que a construção do novo Hospital Central do Alentejo “ficará concluída entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024”.

Com a pergunta, os parlamentares sociais-democratas querem saber se a tutela garante a “orçamentação da verba necessária para a construção das acessibilidades, infraestruturas, rede de abastecimento de água e saneamento”.

“Para quando se prevê a conclusão desses projetos da especialidade e qual a entidade responsável pela elaboração de cada um deles?”, questionam, pedindo também

informações sobre o processo de expropriações para a construção das acessibilidades.

Entre outras perguntas, os deputados querem ainda saber se as obras estarão concluídas no final de 2023, “de forma a não se perder o financiamento do PO [Programa Operacional] Regional”, e os motivos pelos quais o projeto não foi integrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O novo Hospital Central do Alentejo está a ser construído na periferia de Évora, num investimento total de cerca de 210 milhões de euros. A futura unidade hospitalar vai ocupar uma área de 1,9 hectares e ter uma capacidade de 351 camas em quartos individuais, que pode ser aumentada, em caso de necessidade, até 487. Com 30 camas de cuidados intensivos/intermédios e 15 de cuidados paliativos, o novo hospital vai ter, entre outras valências, 11 blocos operatórios, três dos quais para atividade convencional, seis para ambulatório e dois de urgência, cinco postos de pré-operatório e 43 postos de recobro.

# PSD DE LEIRIA LAMENTA LIMITAÇÕES DO HOSPITAL LOCAL

José Augusto Santos, Presidente da Comissão Política de Secção do PSD de Leiria, lamentou as limitações que a urgência do hospital de Leiria tem vindo a sofrer e apontou a falta de desinvestimento como uma das razões.

Constatando que o conselho de administração do Centro Hospitalar de Leiria (CHL) solicitou, na quarta-feira, que os doentes emergentes fossem encaminhados para hospitais de referência, nomeadamente para o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, José Augusto Santos referiu que “as deficiências constatadas na prestação dos cuidados de saúde pelo CHL, não são novas” e “vêm-se acentuando nos últimos tempos”.

Afirmando que o “direito à proteção da saúde assume-se como um dos pressupostos fundamentais do princípio da dignidade da pessoa humana”, como consta na Constituição da República Portuguesa, e que “é reconhecido como um direito fundamental de todos os cidadãos, sendo a sua proteção competência do Estado”, o social-democrata considerou que os condicionalismos são resultado do “desinvestimento do Governo do PS na ampliação do hospital de Leiria e na falta de meios técnicos e principalmente humanos para fazer face ao número de habitantes que atualmente serve, ou deveria servir, alheando-se assim o Estado do seu dever fundamental: garantir ao utente dos serviços de saúde o direito a receber os cuidados de saúde de que necessita”.

Também os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Leiria enviaram, dia 2 de junho, uma pergunta à ministra da Saúde sobre a falta de recursos humanos e os constrangimentos na prestação de cuidados de saúde nas urgências do hospital de Leiria.

Depois de ser tornado público que a urgência do hospital de Leiria registou um “aumento” da afluência de utentes, “muito superior à capacidade”, o que obrigou o conselho de administração do Centro Hospitalar de Leiria (CHL) a pedir o encaminhamento de doentes emergentes para outras unidades hospitalares de referência da rede do Serviço Nacional de Saúde, os sociais-democratas pretendem saber se a tutela teve conhecimento do “encerramento do Serviço de Urgência Geral do Hospital de Santo André, por falta de recursos humanos” e se a tutela “foi informada de



constrangimentos na prestação de cuidados de saúde a utentes na última quinzena, por aumento de afluência”.

No documento, os deputados perguntam ainda “que soluções serão adotadas para garantir os níveis mínimos de segurança para que se verifique a reabertura do serviço de urgência da unidade” e se “está prevista a contratação de mais recursos médicos para o Hospital de Santo André, nomeadamente para reforço do Serviço de Urgência Geral”.

Os sociais-democratas realçam que o Serviço de Urgência Geral está “sob pressão há algum tempo, com a administração do CHL a confirmar ‘os constrangimentos dos últimos dias’, que impedem ‘uma resposta adequada ao nível da prestação de cuidados de saúde’”.

Os problemas verificados no Serviço de Urgência Geral do Hospital de Santo André, em Leiria, já se encontram ultrapassados e o funcionamento está normalizado, disse hoje à agência Lusa o conselho de administração.

O CHL esclarece ainda que, apesar de o Serviço de Urgência Geral ter enfrentado um período com dificuldades devido à sobrelotação de doentes, não esteve encerrado em nenhum momento”, sublinhou o conselho de administração, numa resposta escrita.

Segundo o CHL, “a única alteração foi o reencaminhamento de doentes emergentes, referenciados via CODU [Centro de Orientação de Doentes Urgentes], para outras unidades do SNS, devido à afluência anormal, e para não prejudicar o atendimento dos outros doentes que acorriam às urgências, e foram todos atendidos”.

O Sindicato Independente dos Médicos (SIM) voltou a denunciar que as urgências estavam fechadas. O secretário regional do Centro do SIM, José Carlos Almeida, considerou à agência Lusa que esta é uma “situação extremamente grave” e que “põe em causa o atendimento de um universo de 400 mil pessoas”.

## ARGANIL INICIOU RECUPERAÇÃO DE GALERIA SUBTERRÂNEA NA RIBEIRA DE AMANDOS



A Câmara de Arganil arrancou, no dia 30 de maio, com obras de recuperação estrutural da galeria hidráulica da ribeira de Amandos, que acompanha toda a avenida principal da vila, numa intervenção de cerca de 1,5 milhão de euros.

O presidente deste município do distrito de Coimbra afirmou que os trabalhos, que devem demorar nove meses, visam reconstruir a estrutura da galeria, que apresenta depressões e já obrigou ao encerramento da via ao trânsito pesado.

“Mandámos efetuar uma vistoria que apresentou conclusões preocupantes e que nos obrigou a tomar medidas”, adiantou Luís Paulo Costa, salientando que a empreitada é de “extrema importância para o normal funcionamento da vila de Arganil, por permitir resolver os problemas graves de segurança que a estrutura apresenta”.

Segundo o autarca, as obras vão implicar a abertura da galeria e “a construção de uma nova estrutura, que permita a sua manutenção”, e serão executadas por troços para diminuir os impactos na vida da população e do comércio.

“Esta obra vai ter um impacto muito grande na vida diária dos arganilenses e temos noção que vai criar constrangimentos e problemas, mas não podíamos evitar”, sublinhou.

A artéria principal de Arganil, que se desenvolve ao longo das avenidas José Augusto de Carvalho, Bombeiros Voluntários Argus e Forças Armadas, foi até à década de 50 do século passado uma ribeira a céu aberto.

Depois, numa grande intervenção da administração central, foi construída uma galeria subterrânea em betão, que canalizou a ribeira pelo seu trajeto até desaguar na ribeira de Folques, dentro da vila.

O município de Arganil promoveu, em 1 de junho, uma sessão pública de esclarecimento sobre a intervenção.

# TROFA INAUGURA MELHORAMENTOS NA MOBILIDADE

A nova via “Distribuidora XXI” e a Ciclovía Norte, que representam investimentos de 2,5 milhões de euros, vão ser inauguradas no dia 17 de junho, anunciou em comunicado em Câmara Municipal da Trofa.

Apontadas pelo município como “obras fundamentais para a mobilidade concelhia” e ambas “comparticipadas pela União Europeia”, a Distribuidora XXI, que custou 1,3 milhões de euros, “cria uma nova via para descongestionar a Estrada Nacional (EN) 14”, assinala a autarquia do distrito do Porto.

A Ciclovía Norte, que custou 1,2 milhões de euros, liga a estação ferroviária ao Parque das Azenhas, num percurso segregado, seguro e integrado na natureza.

Sérgio Humberto, Presidente da Câmara Municipal, sublinha que as duas ligações de cerca de três quilómetros “são basilares para as deslocações urbanas entre importantes polos de atração/geração de fluxos quotidianos de mobilidade (Hospital da Trofa, Aquaplace - Academia Municipal da Trofa, Parque das Azenhas, Estação Ferroviária, CTT, Finanças, comércio, escolas, parques)”.

“Com os olhos postos no futuro, a Câmara da Trofa está a implementar, no período 2020-2025, o conceito de “Trofa do Futuro: Cidade dos 15 minutos”, que aposta numa cultura de proximidade, em que os residentes no território concelhio, têm acesso até uma distância de 15 minutos a pé (ou através de modos suaves - bicicleta/trotineta) a equipamentos, comércio, serviços essenciais, espetáculos e educação”, lê-se ainda.

Na mesma data será apresentada a escultura “A Família”, que será colocada na rotunda que dá início à Distribuidora XXI, doada pelo empresário José Manuel Fernandes, passando a representar as famílias trofenses, avança a autarquia.



# CÂMARA DO FUNCHAL REABILITA ESTAÇÃO DE BIOLOGIA MARINHA



A Câmara Municipal do Funchal investiu 180 mil euros em obras de remodelação da Estação de Biologia Marinha e pretende “continuar a privilegiar” as áreas da ciência e da investigação científica, indicou hoje o presidente do executivo.

“O trabalho que se desenvolveu aqui foi dotar o edifício de melhores condições, para não pôr em causa o trabalho científico produzido na região”, afirmou Pedro Calado, numa visita ao local, dia 6 de junho, explicando que a empreitada consistiu, sobretudo, na instalação de um novo sistema de ar condicionado.

A Estação de Biologia Marinha do Funchal, localizada no Cais do Carvão, na zona oeste da cidade, entrou em funcionamento no princípio da década de 90 do século

passado, sob a tutela da autarquia, e nunca tinha sido alvo de qualquer remodelação de fundo.

“Era uma intervenção há muitos anos reclamada”, disse Pedro Calado, vincando que o novo sistema de ar condicionado era “essencial” para o desenvolvimento do trabalho científico, nomeadamente aquele produzido por alunos da Universidade da Madeira, que estava a ser bastante afetado pela exposição à maresia.

Pedro Calado sublinhou que a autarquia vai continuar a investir nas áreas da ciência e da investigação científica, estimulando também parcerias com a Universidade da Madeira e as escolas da região.

# CÂMARA DE ÁGUEDA RECUPERA ESCOLA BÁSICA N.º 1 DAS CHÃS

A Câmara Municipal de Águeda vai avançar para a requalificação e ampliação da Escola Básica N.º 1 das Chãs, cujo edifício se encontra degradado, anunciou a autarquia.

A obra foi adjudicada em reunião de câmara à empresa Ergovisa, Lda, por 484.739,27 euros (acrescidos de IVA), sendo o prazo de execução de 240 dias.

“Tendo em conta o estado degradado do edifício, que é composto por uma área com dois pisos e outra de rés-do-chão, o Município decidiu proceder a uma intervenção que permita melhorar as condições de salubridade e qualidade da infraestrutura”, explica a autarquia em comunicado.

A obra implica o tratamento, reparação e impermeabilização e pintura das paredes exteriores e interiores, assim como a reparação e isolamento térmico do telhado e cobertura do edifício.

A intervenção naquela escola consiste também na sua ampliação e construção de novos sanitários para professores e funcionários.

Além de ser ampliada a área coberta do logradouro, o refeitório que atualmente ocupa uma área de cerca de 96 metros quadrados, passará a ter 203 metros quadrados, criando melhores condições para a preparação e condicionamento dos alimentos e serviço de refeições aos alunos.

# JOSÉ MANUEL BOLIEIRO REELEITO PRESIDENTE DO PSD/AÇORES

José Manuel Bolieiro foi reeleito, este sábado, Presidente do PSD/Açores em eleições diretas, tendo alcançado 99% dos votos. Nas eleições diretas para a liderança dos social-democratas açorianos, participaram 1.778 militantes.

José Manuel Bolieiro, líder do Governo Regional dos Açores, de coligação PSD/CDS-PP/PPM, foi, assim, eleito para um segundo mandato. Foram igualmente escolhidos os 140 delegados ao 25.º Congresso Regional do PSD/Açores, que se realiza entre 15 e 17 de julho, na ilha de São Miguel.

Em declarações quando foi votar, José Manuel Bolieiro manifestou vontade da próxima reunião magna do PSD/Açores “consolidar a opção reformista para a governação dos Açores no quadro da coligação de Governo”.

José Manuel Bolieiro declarou ainda que, “com humildade democrática” pretende “continuar a assegurar estabilidade política e governativa, através da solução parlamentar plural que existe”.

José Manuel Bolieiro foi eleito pela primeira vez líder da estrutura regional do PSD em 15 de dezembro de 2019, sucedendo a Alexandre Gaudêncio.

“Passos sólidos” rumo a uma “autonomia de corresponsabilização”

O Presidente do Governo dos Açores defendeu que é preciso dar “passos sólidos” rumo a uma “autonomia de corresponsabilização”, tendo identificado os novos desafios que se colocam à região face às novas realidades emergentes.

“Entendemos que importa dar passos sólidos rumo à autonomia de corresponsabilização”, declarou José Manuel Bolieiro, que interveio na sessão solene evocativa do Dia da Região Autónoma dos Açores, 6 de junho, no concelho da Lagoa, na ilha de São Miguel, que voltou ao formato convencional após dois anos de interregno devido à pandemia da covid-19.

José Manuel Bolieiro considerou que esta é uma oportunidade “para refletir até onde pode e deve ir a autonomia”, 46 anos depois, num processo em que se “viu realizada uma missão nunca verdadeiramente concretizada”.

O líder do executivo açoriano manifestou a “ambição coletiva de uma região de prosperidade”, uma vez que “há ainda muito atraso” e “tantos desafios para vencer” na educação, na qualificação profissional, no acesso à saúde e no combate à pobreza.

Para José Manuel Bolieiro, em termos económicos colo-



ca-se o desafio de gerar bens transacionáveis, bem como “promover mobilidade de pessoas e bens”.

O chefe do executivo açoriano apontou também como desafios as novas literacias, a transição digital, as alterações climáticas e a energia, havendo que dar “passos sólidos rumo a uma autonomia de corresponsabilização”.

José Manuel Bolieiro referiu que “a atualidade do mundo global confrontou os Açores com a realidade das interdependências, não havendo por isso assuntos só da região, do Estado ou da União Europeia”.

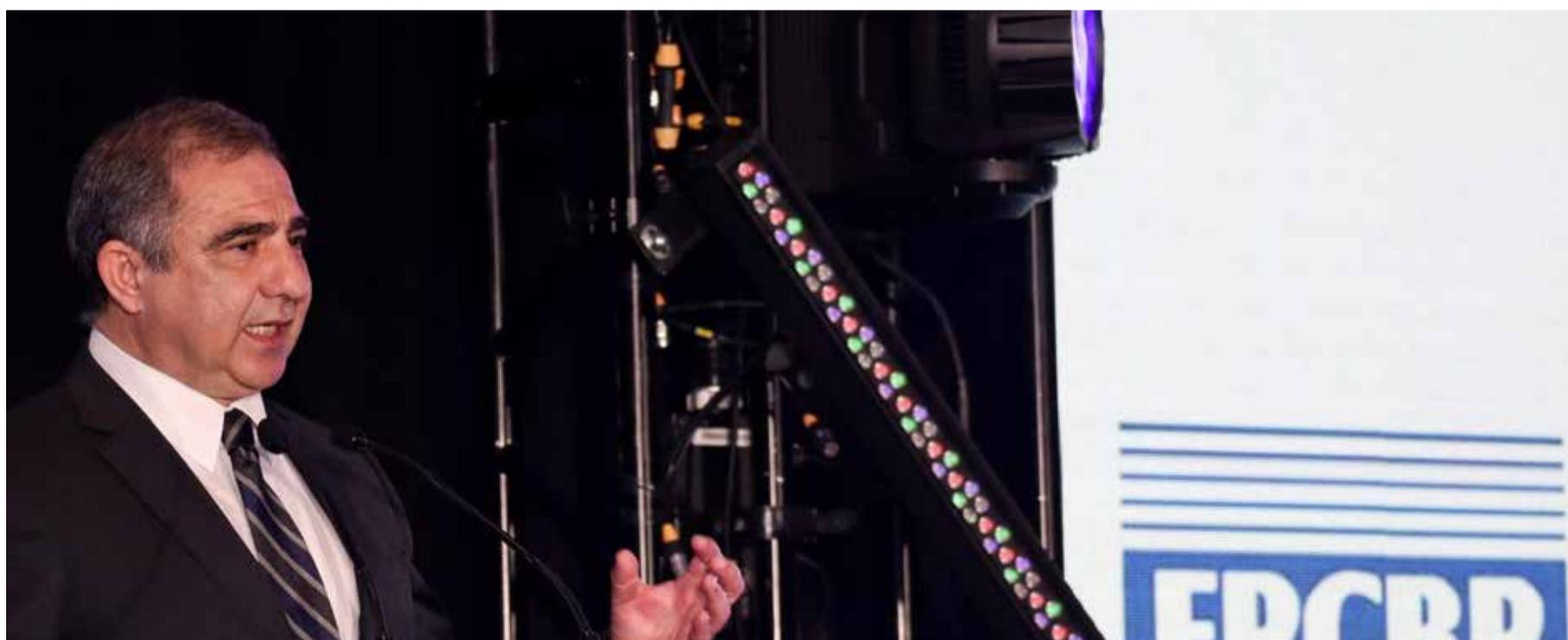
De acordo com José Manuel Bolieiro, “a autonomia exige mais, na medida em que parte significativa dos destinos dos Açores joga-se também fora do arquipélago”.

“Precisamos de uma autonomia de corresponsabilização

porque importa exercer maximamente as competências da região e exigir que o Estado central cumpra as suas, com o incentivo à mútua cooperação para o desempenho das missões, e ainda na ação política para que a União Europeia reconheça sempre as nossas especificidades e o valor estratégico do atlantismo que damos à Europa”, defendeu o governante.

No âmbito da autonomia da corresponsabilização, há que promover um “pacto com a sociedade civil”, uma “democracia participativa” e a cidadania.

O líder do Governo dos Açores afirmou que não se conforma com o nível de pobreza dos Açores, sendo “ambição que, em uma década, os níveis de pobreza se aproximem da média nacional”, bem como o índice de abandono escolar, a par da esperança de vida.



# COLIGAÇÃO FORMALIZA CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO À CONCESSÃO DE AVALES A EMPRESAS PRIVADAS

“A transparência das contas públicas é essencial para a boa governação”, defendem os partidos da Coligação (PSD, CDS/PP e PPM), que formalizaram no dia 1 de junho, na Assembleia Legislativa dos Açores, a constituição da Comissão de Inquérito à Concessão de Avales a Empresas Privadas.

Para a Coligação, “quando estão em causa dinheiros públicos, não podem restar quaisquer dúvidas sobre a forma e o objetivo com que foram utilizados. É preciso assegurar que o interesse público é sempre salvaguardado”, reforça em iniciativa que deu entrada ao início da tarde, na Assembleia Legislativa dos Açores, na Horta.

Os três partidos entendem que a omissão de avales, denunciada em parecer do Tribunal de Contas da Região de 2020, “não é aceitável”, sobretudo tratando-se de valores das contas públicas, “ocultados durante uma década”.

No requerimento entregue na Assembleia Legislativa dos Açores, os parlamentares destacam que esta Comissão é constituída “com o objetivo de analisar os procedimentos relacionados com a concessão de avales, cartas de conforto ou quaisquer outras garantias pela Região e empresas públicas regionais a entidades privadas, nomeadamente o cumprimento, por parte de todos os intervenientes, dos princípios da legalidade, transparência, imparcialidade e igualdade”.

Os grupos parlamentares da Coligação esclarecem que “para além da verificação do cumprimento dos princípios da legalidade, transparência, imparcialidade e igualdade na concessão de avales a entidades privadas, pretende-se igualmente evitar situações idênticas no futuro, garantindo que não sejam criados novos encargos para os contribuintes açorianos”.

De acordo com o parecer do Tribunal de Contas à Conta da Região de 2020, divulgado publicamente a 21 de dezembro de 2021, “foi omitida informação relativa a



seis avales prestados em anos anteriores pela empresa pública regional Ilhas de Valor, S.A., no âmbito de operações de crédito contraídas por diversas entidades públicas e privadas, cuja posição, reportada ao final de 2020, evidenciava responsabilidades de 4,1 milhões de euros”. Um desses avales, omitido por anteriores governos, remonta a 2010.

Refira-se que a primeira reunião da Comissão de In-

quérito é convocada pelo presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e marcada no prazo de 15 dias seguintes à publicação do despacho referente ao requerimento.

A Comissão de Inquérito deve apresentar o seu relatório final ao Plenário no prazo de 180 dias a contar da data da tomada de posse dos membros que a compõem, remetido por fim ao Ministério Público.

## “REFORMA” NA RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

João Bruto da Costa, líder parlamentar do PSD/Açores, enalteceu, no Dia da Região, as políticas do Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM) e defendeu uma “reforma no relacionamento” da administração pública com a sociedade civil.

Falando no concelho da Lagoa, em São Miguel, na sessão solene do Dia da Região, dia 6 de junho, João Bruto da Costa disse ser “fundamental” os Açores seguirem um caminho de “menos impostos e melhor administração”.

“Temos também de concretizar uma reforma no relacionamento da administração com a sociedade civil. Exige-se ao setor público eficiência e transparência, permitindo à sociedade empreender sem excesso de burocracia ou pequenos poderes a atrasarem decisões, muitas vezes de forma irreparável”, declarou.

O social-democrata defendeu que as “famílias e as empresas têm de estar sempre no centro” da ação dos “decisores políticos”.

“E isso está a ser feito, com a aposta na regularização de carreiras, na estabilização de quadros, no reforço de vínculos permanentes e na valorização profissional dos açorianos”, prosseguiu, referindo-se às políticas do executivo açoriano.

Bruto da Costa disse ser necessário “prosseguir políticas promotoras da criação de emprego”, considerando “fundamental” combater a pobreza e a exclusão social.

“Por um melhor futuro para os Açores e para os açorianos é importante que este rumo reformista não seja revertido. Defendemos uma autonomia pujante, capaz de trazer aos Açores o desenvolvimento que todos almejamos”, assinalou.

O Dia da Região Autónoma dos Açores foi instituído pelo Parlamento açoriano em 1980, através do decreto regional n.º 13/80/A, de 21 de agosto, para comemorar a açorianidade e a autonomia. A data, feriado regional, é celebrada na segunda-feira do Espírito Santo. As cerimónias deste ano decorreram no Nonagon - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, contando com intervenções do Presidente do Governo dos Açores, do Presidente da Assembleia Legislativa e das representações e grupos parlamentares. Na sessão solene foram ainda atribuídas 27 condecorações a personalidades e instituições.

# GOVERNO DOS AÇORES CRIA PROGRAMA DE APOIO À ESTABILIDADE LABORAL NO TURISMO

O Governo dos Açores vai criar um programa, o TURIS.ESTAVEL, orçado em 10 milhões de euros, para garantir estabilidade laboral nas atividades ligadas à hotelaria e à restauração, que se têm debatido com falta de mão-de-obra.

“Esta medida pretende incentivar o mercado de trabalho. Como sabem, há grande dificuldade de arranjar mão-de-obra nos setores da hotelaria e da restauração nos Açores”, explicou o subsecretário regional da Presidência, Faria e Castro, em conferência de imprensa, na cidade da Horta, na sequência de uma reunião do Conselho de Governo, de coligação PSD/CDS-PP/PPM.

O governante explicou que a forte “sazonalidade” da atividade turística no arquipélago torna difícil aos empresários do setor assegurar a devida estabilidade dos postos de trabalho, num mercado onde muitos dos contratos de trabalho são a termo certo.

“E é precisamente para assegurar essa estabilidade dos postos de trabalho que esta medida agora surge”, insistiu Faria e Castro, adiantando que o executivo vai investir dez milhões de euros neste projeto, que terá um prazo de execução de três anos.

Segundo explicou o subsecretário regional da Presidência, o Turis-Estável prevê um apoio aos empresários da hotelaria e da restauração para que mantenham os postos de trabalho, mesmo durante a época baixa, permitindo também que os trabalhadores possam receber formação durante esse período.

“Esta medida prevê um apoio à entidade empregado-



ra, com o objetivo de, por um lado, promover o emprego, através de contratos sem termo, e, por outro lado, promover a alteração de contratos a termo por contratos sem termo”, adiantou o governante.

O Conselho de Governo decidiu também aprovar uma resolução que procede à alteração do regulamento do programa “Gerações em Movimento”, no sentido de garantir mais “justiça e transparência” nos critérios de apoio à aquisição de viaturas ligeiras por parte das

instituições particulares de solidariedade social e misericórdias dos Açores.

“Atendendo à experiência adquirida na apreciação das candidaturas apresentadas na última fase do referido programa, a presente alteração pretende aperfeiçoar os critérios definidos para hierarquização das candidaturas, com vista a maximizar a justiça, transparência e objetividade na análise das mesmas”, frisou Faria e Castro.

## FRANCISCO PIMENTEL QUESTIONA REDUÇÃO DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS AÇORIANAS



O deputado à Assembleia da República Francisco Pimentel vai questionar o Governo sobre “a quebra de 5 milhões de euros, em sede de Orçamento do Estado, nas transferências para as autarquias dos Açores, uma situação que tem de ser esclarecida”.

O social-democrata falava após uma audiência com a direção da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA), “que pediu para reunir connosco, e que nos reportou essas perdas, relativamente ao que receberam da República em 2021, que constituem uma preocupação grave, já que 15 das 19 Câmaras Municipais saem muito prejudicadas”, disse.

“Acontece que o ano já vai quase a meio e, face à menor receita verificada em 2021, as Câmaras Municipais da Região, temem ter de vir a devolver dinheiro, pois há investimentos em curso”, para além “de não se entender o que provoca esta disparidade”, explicou.

O grupo parlamentar do PSD vai assim “interpelar o Governo, de forma a perceber porque é que, não tendo havido qualquer alteração à Lei das Finanças Locais, existe essa diferença de valores a transferir, face ao ano passado, que tanta preocupação está a criar junto da AMRAA e das Câmaras”, disse ainda Francisco Pimentel.

A delegação da AMRAA, composta pelo seu presidente, José António Soares, autarca da Madalena, e pelos presidentes das câmaras da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio e das Velas, Luís Silveira, foi recebida pelos deputados social-democratas Francisco Pimentel, Barbosa de Melo, Firmino Marques e Fátima Ramos.

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**DISTRITAIS**

**AVEIRO**

Ao abrigo do artigo 37º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 15 de junho de 2022 (quarta-feira), pelas 21H30, no Auditório da Academia de Música de Castelo de Paiva, sita na Rua Emídio Navarro, 102, em Castelo de Paiva, com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS:**

1. Informações;
2. Moção do Distrito de Aveiro ao 40º Congresso Nacional do PSD;
3. Outros assuntos.

**COIMBRA**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se Assembleia Distrital de Coimbra, para reunião ordinária a realizar no próximo dia 20 de Junho (segunda-feira) de 2022, pelas 21H30, no Auditório das Piscinas Municipais, sita Rua Eirinha, 18, em Penacova, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da Situação Política;
2. Apreciação e deliberação de Moção Distrital a apresentar ao 40º Congresso do PSD;
3. Ratificação das Contas do PSD do distrito de Coimbra, relativas ao exercício de 2021, conforme alínea c) do artigo 39º dos Estatutos do PSD.

**LEIRIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 21 de Junho de 2022 (terça-feira), pelas 21H00, no Mini Auditório do Teatro Cine de Pombal, sita na Praça Manuel Henriques Júnior, em Pombal, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Moção Assembleia Distrital de Leiria ao 40º Congresso Nacional do PSD. Apresentação, discussão e votação;
3. Análise da situação política.

**SETÚBAL**

Nos termos dos Estatutos convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 15 de Junho de 2022, (quarta-feira), pelas 21H00, na Sociedade Democrática União Barreirense - Os Franceses, sita na Rua Camilo Castelo Branco 47, no Barreiro, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Proposta Temática a apresentar ao 40º Congresso Nacional PSD;
3. Análise da Situação Política.

Nota: Sugestões e contributos para a Proposta Temática até ao 9 de Junho, enviar para psd.setubal@sapo.pt

**VIANA DO CASTELO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PPD/PSD, convoca-se uma reunião Ordinária da Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo a realizar no próximo dia 15 de Junho de 2022 (quarta-feira), pelas 21H00, no Auditório do Hotel AXIS Ponte de Lima, sita na Quinta de Pias, Fornelos, em Ponte de Lima, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apresentação, análise e aprovação do Relatório de Contas de 2021;

2. Apreciação de Proposta Temática do Distrito a apresentar ao 40º Congresso Nacional do PSD, que se realiza no Porto a 1, 2 e 3 de Julho de 2022;

3. Análise da Situação Política;

Nota: Se à hora marcada não existir quórum, fica desde já a mesma reunião convocada para meia hora depois, ou seja, às 21H30.

**SECÇÕES**

**AMARES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Amares para reunir no próximo dia 15 de Julho 2022, (sexta-feira) às 18H00, na Sede, sita Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36, Ferreiros – Amares, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: A votação para a eleição decorrerá das 18H00 às 22H00 (sexta-feira-15/07/2022).

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede da Secção.

**BAIÃO**

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD/Baião para reunir no próximo dia 25 de junho (sábado) de 2022, pelas 17H00, na Sede do Partido, sita na Rua de Camões–Campelo–Baião, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações da Presidente da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Informações da Presidente da Comissão Política de Secção;
3. Informações dos Vereadores Eleitos à Câmara Municipal;
4. Análise dos resultados das Eleições Internas;
5. Análise da situação política concelhia;
6. Outros assuntos.

**CASTELO BRANCO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e nos termos do disposto pelo art. 54º, convoco os militantes da Secção de Castelo Branco, para reunir em Assembleia de Secção, no próximo dia 9 de julho de 2022 (Sábado), pelas 15H00, na Sede do PSD de Castelo Branco, sita na Rua Prior de Vasconcelos, nº34, em Castelo Branco, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
  2. Eleição da Comissão Política de Secção.
- Nota: As listas candidatas aos diferentes órgãos, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, (6 de julho de 2022), na Sede, que estará aberta para o efeito, desde as 21H30m até às 24 horas. As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H30.

**ESPINHO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 22 de Junho (quarta-feira) de 2022, pelas 21H15, na Sede da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho, sita na Rua do Monte, 251, Paramos (antiga Escola do Monte), com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Discussão e aprovação do relatório de contas 2021;
2. Aprovação de orçamento para o ano 2022,
3. Análise da situação política local e nacional;
4. Outros assuntos.

**FIGUEIRA DA FOZ**

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Figueira da Foz, para reunir no próximo dia 9 de Julho (sábado) de 2022, das 14H00 às 20H00, no Grupo Caras Direitas, sita Rua 5 de Outubro, nº 5, Buarcos, na Figueira da Foz, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
  2. Eleição da Comissão Política de Secção;
- Notas: as urnas estarão abertas das 14H00 às 20H00. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia da Secção, ou a quem estatutariamente o possa

substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**OVAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Ovar para reunirem na Sede da Secção, sita na Rua Ferreira de Castro, nº 84, 1º Esq Ovar, dia 9 de Julho (sábado) de 2022, das 14H00 às 19H00, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
  2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: As urnas estarão abertas das 14H00 às 19H00. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral

**TORRES NOVAS**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Torres Novas, para reunir no próximo dia 24 de Junho (sexta-feira) de 2022, pelas 20H30, na Sede do PSD de Torres Novas, sita na Rua do Conde, nº 8-1º Torres Novas com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informação sobre o ponto da situação da venda da Sede do PSD de Torres Novas;
2. Análise da situação política nacional e local;
3. Outros assuntos.

**VILA NOVA DE GAIA**

Ao abrigo do Artº 54º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco os militantes de Vila Nova de Gaia para a reunião ordinária da Assembleia de Secção, que terá lugar no dia 27 de Junho (segunda-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede Concelhia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
  2. Análise da situação política.
- De acordo com o preceituado no nº 2 do artº 69º dos Estatutos, se não estiverem presentes militantes que representem pelo menos metade dos seus membros, os trabalhos iniciar-se-ão pelas 21H30.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD**

**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



**ALMODÔVAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Almodôvar para reunião no próximo dia 9 de Julho, a partir das 16h00, na sede do PSD Ourique, sita na Rua Pequeninina, n.º 6, 7700-077 Almodôvar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia.

**Notas:**

As listas candidatas, bem como a sua respetiva documentação, devem ser entregues até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, através de missiva eletrónica dirigida ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional (hugolopes@jsd.pt); As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 18h00.

**MAFRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 18 de junho de 2022, (sábado), pelas 15:00H, do dia 18 de junho de 2022, no Terreiro D. João V, n.º 61, 2.º Andar, 2640-492 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local, regional e nacional;
- 2 – Outros assuntos.

**MONTEMOR-O-VELHO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 9 de Julho de 2022, (sábado) entre as 17 e as 19 horas na sede do PSD de Montemor-o-Velho, sita na rua Dr. José Galvão – 3140 Montemor-o-Velho - com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da mesa do plenário da concelhia da JSD de Montemor-o-Velho.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente de Mesa da Distrital de Coimbra ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 17h00m às 19 horas.

**OURIQUE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Ourique para reunião no próximo dia 9 de Julho, a partir das 16h00, na sede do PSD Ourique, sita na Rua Dr António Afonso nobre Semedo 14, 7670-296 Ourique, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas candidatas, bem como a sua respetiva documentação, devem ser entregues até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, através de missiva eletrónica dirigida ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional (hugolopes@jsd.pt);

As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 18h00.

**SERTÃ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Sertã para reunir, no dia 9 de julho de 2022, com início pelas 17 horas, na sede do PSD Sertã, sita na Rua Dr. Ângelo Henriques Vidigal – Centro Comercial Avenida – Loja 3, 6100/758 Sertã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou ao seu substituto legal, respeitando o cumprimento estatutário, na Sede Concelhia do PSD Sertã, Rua Dr. Ângelo Henriques Vidigal – Centro Comercial Avenida – Loja 3 – 6100/758 Sertã, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 17h00m e as 20 horas.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE  
ANTERIOR 01/06/2022**

**NESD/UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD inscritos na Universidade de Évora, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Universidade de Évora (NESDUE), a reunir no próximo dia 13 de junho (segunda-feira), às 18h00m, na Sede do PSD Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, número 48, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Direção do NESD/EU.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Mesa do Plenário do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, através do e-mail NESDuniversidadeEvora@gmail.com.

As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20h00m.